

sessões do
MAGINARIO

ano XVII | n28 | 2012/2





Reflexões sobre o acesso aos arquivos de telejornais brasileiros¹

Antonio Brasil²
Samira Moratti Frazão³

Autor
Convidado



Resumo

Os telejornais são a principal fonte de informações para a maioria dos brasileiros. Mas esses noticiários também são documentos fundamentais para preservarmos e conhecermos a nossa História recente. Ao contrário dos jornais impressos, os telejornais não são objeto de políticas públicas para sua preservação, catalogação e difusão. Os conteúdos dos telejornais brasileiros se encontram armazenados em arquivos e centros privados de documentação das emissoras de TV brasileiras e o acesso ainda é limitado e restrito. Nesse sentido, o artigo busca referências teóricas nas pesquisas de Michel Foucault sobre a importância dos documentos e arquivos em sua obra *Arqueologia do Saber*, procurando analisar as rotinas profissionais dos centros de documentação das televisões brasileiras. Também discute situações semelhantes em outros países e indica alternativas para garantir o acesso público aos arquivos.

Palavras-Chave:

Telejornais; Arquivos de Telejornais; Centros de documentação; Arquivos públicos; Novas tecnologias.

Resumen

Los noticiarios son la fuente principal de información para la mayoría de los brasileños. Pero estas noticias también son documentos clave para preservar y conocer nuestra historia reciente. Diferente de los periódicos, los programas de noticias no están sujetos a las políticas públicas para su conservación, catalogación y difusión. Los contenidos de los programas de noticias de Brasil se almacenan en archivos y centros de documentación de las estaciones de televisión privadas en Brasil y el acceso sigue siendo limitado y restringido. En este sentido, el artículo hace referencia a la investigación teórica de Michel Foucault sobre la importancia de los documentos y archivos en su *Arqueología del saber*, la evaluación de las rutinas profesionales de los centros de documentación de la televisión brasileña. También discute situaciones similares en otros países, e indica alternativas para garantizar el acceso público a los archivos.

Palabras clave:

Programas de noticias; Archivos de programas; Centros de documentación; Arquivos públicos; Nuevas tecnologías.



“Despite their historical value, news materials are among the most endangered, highly underestimated and less researched of our moving images”. Eddie Richmond - President, Association of Moving Image Archivists, USA.

Introdução

Por que é possível acessar qualquer jornal impresso brasileiro de qualquer época em bibliotecas públicas, quando o mesmo não acontece caso se queira assistir aos telejornais brasileiros do passado? Os telejornais brasileiros, enquanto memória histórica fundamental para compreensão do passado e presente, ainda são reféns de arquivos privados. Consideramos a inexistência de arquivos públicos com telejornais um preconceito contra as imagens e contra os telejornais enquanto importantes documentos históricos. O acesso livre à nossa memória televisiva é questão fundamental e estratégica para a preservação da democracia no Brasil. Mas como garantir ao público um acesso livre e irrestrito aos conteúdos dos telejornais brasileiros?

A fim de expandir a discussão no campo científico, debateremos os conceitos de memória, arquivos e documentos, apresentados por Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber*. Também serão considerados outros autores e pesquisadores que já refletem sobre o tema, como são os casos de Ferrarezi & Romão (2007), Monteiro & Carelli (2007), Barone (2009) e Brasil (2012). Buscando dar maior embasamento ao estudo, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com pesquisadores brasileiros e especialistas nas áreas de televisão e telejornalismo, com o objetivo de colher depoimentos sobre suas experiências de acesso aos arquivos de emissoras de televisão brasileiras, bem como sugestões de propostas para a abertura des-

tes arquivos. Outro ponto a ser discutido é o benefício oriundo com a ascensão das novas tecnologias para garantir o acesso público aos arquivos, contando, para tanto, com o auxílio dos próprios telespectadores e interessados no tema para ultrapassar o controle por parte dos maiores detentores destes acervos, as próprias emissoras.

Memória, documentos e arquivos: em busca de conceitos

Além da própria oralidade, responsável por também garantir que a história seja passada de geração a geração, a manutenção de documentos para compor centros de arquivos é de suma importância para também evitar o desgaste da memória e, conseqüentemente, o esquecimento de determinados fatos que compuseram e compõem o passado e presente da história de uma nação. Todavia, inúmeros são os fatores que contribuem para a omissão dessa trajetória histórica. Antes, porém, de prosseguirmos neste aspecto é importante delimitarmos os conceitos de memória, documento e arquivo.

A começar pela memória. São definidos três planos sobre o conceito no campo científico, sendo eles: a memória pessoal (referente as recordações e gestos do sujeito, o termo foi inicialmente trabalhado na psicanálise por Sigmund Freud), a memória cognitiva (relacionada às faculdades mentais e universais dos sujeitos, cujo estudos iniciais foram trabalhados na psicologia cognitiva) e a memória-hábito ou social (relativa aos hábitos dos indivíduos adquiridos durante sua socialização, termo explorado no campo da sociologia). Apesar de ser estudada em disciplinas distintas, a memória constitui um objeto único, traduzido em um conjunto de códigos comunicativos e hábitos transcorridos durante a vida dos indivíduos (Baro-

ne, 2009).

Bibliotecas, arquivos e museus são considerados centros físicos de preservação da memória material, chamados também de lugares da memória registrada pela sociedade durante sua existência e a de seus antepassados (Monteiro, Carelli & Pickler, 2008). Nestes locais são guardados e preservados uma série de documentos contendo testemunhos sobre a história do passado e presente.

O documento, pois, seja qual natureza for (fotografia, jornais impressos, vídeos, livros, mapas, entre outros) constitui um suporte para possibilitar aos indivíduos o conhecimento, mesmo que superficial e subjetivo, de elementos de sua história. No entanto, apesar de serem importantes para o resgate de informações históricas e carregarem uma memória discursiva dotada de significação, são reunidos em arquivos com base em seleções aleatórias e, em alguns casos, escolhas ideológicas. Ou seja, uns são e devem ser lembrados enquanto outros são omitidos, censurados por quem detêm o poder de acumulá-los (Ferrarezi & Romão, 2007).

Sobre os documentos, Foucault (2008, p. 7) diz que

(...) desde que existe uma disciplina como a história, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos - às vezes com meias-palavras -, o

passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.

Desse modo, o resgate de documentos é primordial para também se resgatar e repensar o passado. Disponibilizá-los aos indivíduos para que possam, quando necessitarem, analisar historicamente os fatos é um modo de preservar a história contínua (Foucault, 2008, p. 19). O acúmulo dos documentos, dos enunciados gerados ao longo do tempo, faz criar obrigatoriamente a necessidade de organizá-los em arquivo:

Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo (Foucault, 2008, p. 146).

Pelos arquivos é possível estabelecer a memória registrada em documentos, em uma tentativa de evitar a perda da história ou, ainda, evitar que seja recontada no futuro sem o apoio de indícios do que aconteceu, mesmo que essas evidências sejam fragmentos de uma realidade. Muito além de constituir um repositório físico onde se acumulam documentos, os arquivos são regidos por organizações valorativas, determinando como é estabelecida a ordem do saber, dos discursos armazenados ao longo do tempo (Ferrarezi & Romão, 2007).

Assim como não há um sentido pré-concebido, em um arquivo não há um padrão rígido de organização dos documentos a ser seguido, uma ordem impecável a ser mantida. Da mesma forma, o trabalho em um arquivo não deve ser mecânico, voltado para o interior do mesmo, mas sim, investigativo, reflexivo, buscando-se as pistas deixadas pelos sujeitos, pelos dizeres enunciados e, também, pelos silenciados, constituindo, assim, uma escavação arqueológica nos moldes propostos por Michel Foucault. Nesta perspectiva, o arquivo se constituiria como um verdadeiro organismo vivo e mutável. (Ferrarezi & Romão, 2007, p. 11)

Voltando-se para o tema proposto no estudo, cada emissora possui arquivos – quando optam por mantê-los – onde são armazenados uma série de documentos audiovisuais, incluindo os telejornais. No entanto, os critérios de armazenamento e catalogação são subjetivos e seu acesso majoritariamente restrito. Em outros países problemas semelhantes ocorrem, bem como são apresentadas alternativas para a abertura dos arquivos ao acesso da sociedade e, portanto, a democratização des-

sas informações.

Exemplos em outros países

Abordaremos aqui os exemplos praticados em três países: Estados Unidos, Inglaterra e França e disponibilizados, a priori, pela internet. O primeiro caso é o da Universidade de *Vanderbilt*, instituição de ensino privado localizada em *Nashville*, nos Estados Unidos, responsável por manter o *Vanderbilt Television News Archive*³. Intitulam-se como o arquivo mais extenso e completo do mundo com notícias televisivas.

De fácil navegação, bastando, para tanto, o conhecimento da língua inglesa, este arquivo é considerado uma das unidades que compõem as bibliotecas da própria universidade. As transmissões gravadas e disponibilizadas são feitas desde 5 de agosto de 1968. É composto, sobretudo, por noticiários e programas jornalísticos especiais das principais emissoras norte-americanas. Possuem mais de 850 mil notícias e cerca de 30 mil horas de conteúdo gravado. Também estão disponíveis no acervo reportagens especiais das principais coberturas noticiosas referentes ao campo político. Eximem-se, no entanto, a catalogar os conteúdos de telejornais ou programas locais, programas específicos e noticiários anteriores à inauguração do arquivo⁴.

Todos os documentos estão à disposição do público. Os interessados podem solicitar cópias do material em DVD ou VHS, presencialmente ou por serviços de entregas. O material, no entanto, é concedido como empréstimo, isto porque - segundo informações do site - são respeitados os direitos autorais dos documentos⁵. São cobradas taxas para cobrir serviços administrativos e custos da produção do material seja em DVD ou fitas, com custo entre doze e cem 100 dólares⁶. Os usuários podem usar o material por trinta dias, salvo

exceções, quando comprovada a necessidade de uso prolongado. Os empréstimos são feitos em duas modalidades: duplicação, quando é solicitado apenas uma gravação específica de um noticiário de determinada emissora, por exemplo, ou via compilação, mais caro uma vez que se trata do empréstimo de uma série de programas ou reportagens sobre determinado tema ou época⁷.

Para efetuar os empréstimos é necessário apenas que o solicitante se cadastre no site para dar prosseguimento ao pedido. Qualquer pessoa, de qualquer área profissional ou não, pode efetuar pedidos. Basta buscar o tema do material solicitado por meio do campo de busca presente no site. Após a inserção de um termo específico, os documentos, quando disponíveis, são elencados em uma lista. Depois de selecionar o material, o solicitante fecha o pedido – em sistema semelhante de uma compra pela internet - e opta pela forma de pagamento que lhe for conveniente. Duplicações são feitas em até uma semana. Já as compilações, dado o trabalho de pesquisa e posterior gravação na mídia escolhida, podem levar mais tempo⁸.

Outro caso analisado é o *The National Archives*, repositório oficial e departamento do governo britânico, além de agência executiva do Ministério da Justiça. De acordo com o site⁹ da instituição, mais de mil anos de história estão disponíveis no arquivo, por meio de documentos de natureza variada, inclusive arquivos audiovisuais. A navegação do site é feita de forma intuitiva, por meio de uma série de menus, entre eles o **Freedom of Information**, onde estão disponíveis informações a respeito do uso livre dos dados de caráter público.

O arquivo compreende informações de acesso livre e outras de acesso limitado sobre diversos temas, incluindo documentos oficiais do governo. Neste último caso, os interessados, de-

vem fazer um “pedido de liberdade de informação”, para ter acesso, bastando preencher um formulário¹⁰ contendo nome, e-mail e a solicitação desejada.

Alguns pedidos, todavia, podem ser recusados. As recusas são intituladas como “isenções”, e também abarcam pedidos com custos elevados ou de caráter abusivo, vexatório ou repetido. No site consta, ainda, a lista de isenções¹¹, possibilitando aos usuários respostas a respeito dos pedidos que possivelmente podem ser recusados. Os usuários que tiverem sua requisição recusada podem, ainda, registrar uma reclamação junto ao Comissário de Informação¹² que tentará requerer o direito – ou não – de acesso à informação¹³.

Assim como no caso norte-americano, são cobradas taxas¹⁴ aos usuários, relativas a custos administrativos e cópias dos documentos, que só são disponibilizados após o pagamento. Os atendimentos dos documentos solicitados, quando concedida a permissão – caso necessário –, são efetuados em até vinte dias úteis ou mais, quando se tratar de um caso de isenção. Qualquer pessoa de qualquer parte do mundo pode solicitar documentos, seja remotamente – por correspondência ou internet – ou ainda pessoalmente. É possível, ainda, solicitar pela internet e colhê-los pessoalmente. A entrada ao arquivo é gratuita.

Na página de registros¹⁵ o usuário pode pesquisar os termos desejados pelos guias de pesquisa ou acessando diretamente o catálogo (campo de busca) e inserindo o termo desejado. No que diz respeito aos arquivos audiovisuais, é disponibilizado no site do acervo uma página dedicada ao campo das artes, cinema, televisão e espetáculos do Reino Unido, incluindo noticiários e programas jornalísticos¹⁶. No caso de *podcasts* o usuário precisa dispor de *softwares* específicos, informados ao usuário, para a visualização destes.

Para cópias ou reprodução externa de partes do arquivo é necessário estar de acordo com as leis que regem os direitos autorais do Reino Unido¹⁷.

O terceiro exemplo estudado e com origem francesa é o *Institut National de l'Audiovisuel* (INA), repositório de arquivos audiovisuais providos das emissoras de rádio e televisão francesas. Fundado em 1975 e aberto ao público a partir de 1998, o acervo disponibiliza mais de cem mil documentos audiovisuais (entre programas históricos e de cunho jornalístico), num total de vinte e cinco mil horas. A partir de 2006 abriu sua versão digital ao acesso livre dos arquivos digitalizados e solicitações *online*, recolhendo conteúdo de dezessete emissoras de rádio e quarenta e cinco emissoras de televisão locais e de outros países (l'Institut..., 2012).

Diariamente são adicionados novos conteúdos audiovisuais. Do total, 80% do conteúdo estão disponíveis *online* e gratuitamente, ou seja, basta digitar no campo de busca o termo desejado e, havendo, assistir. Os outros 20% também podem ser visualizados online, porém apenas os primeiros minutos. Neste último caso, para o acesso do conteúdo total é necessário comprá-lo por meio da loja¹⁸ do arquivo. Lá é possível encontrar todos os vídeos e sons disponíveis no acervo em mídias diferentes, como CD ou DVD. De acordo com informações no próprio site, as taxas são cobradas a fim de renumerar os titulares dos direitos autorais dos arquivos, bem como para o financiamento do próprio acervo. Os valores variam entre 10 e 80 euros¹⁹.

Para ter acesso ao conteúdo - tanto o disponível no arquivo quanto da loja - é necessário efetuar um cadastro²⁰. Feita a inscrição, um *email* é enviado ao usuário que, após a confirmação deste, pode desfrutar do conteúdo livre. Assim como os casos norte-americano e inglês, o site do arqui-

vo francês também é intuitivo, com navegação fácil, bastando o conhecimento da língua francesa. Na página de ajuda²¹ há o passo a passo de como efetuar o cadastro, fazer buscas, entre outras informações para o uso do arquivo. São informados, ainda, os requisitos técnicos para a visualização do conteúdo *online* e *offline* (após a compra).

Após a explanação acerca das três instituições analisadas, é possível elencar alguns pontos semelhantes de atuação: disponibilização do arquivo *online* e remotamente; concessão de acesso para qualquer usuário interessado seja estudante, profissional ou não; e disponibilização dos documentos desejados mediante pagamento de taxas. Ou seja, nessas três modalidades é possível notar a viabilidade na liberação do acesso aos usuários interessados. É claro que, conforme tratamos anteriormente sobre o próprio conceito de arquivo, os documentos disponibilizados são selecionados conforme critérios que não são expostos de forma clara. No entanto, estas iniciativas podem ser consideradas modos válidos de democratizar o acesso a esses documentos sem maiores entraves burocráticos. Voltando ao nosso foco de estudo, analisemos agora como é feito no Brasil.

O panorama brasileiro

Diferente dos casos abordados anteriormente, no Brasil não há um único repositório onde são armazenados os arquivos audiovisuais das emissoras da TV aberta nacional. No geral, as emissoras possuem departamentos conhecidos como Centro de Documentação Histórica (CEDOC), onde catalogam e arquivam suas produções. Durante a realização deste estudo, foram consultados os sites das principais emissoras brasileiras²², a fim de buscar informações sobre os arquivos audiovisuais e se estes são disponibilizados para o acesso de interessados. Outro procedimen-

to tomado foi o contato (por *email* e em alguns casos por telefone) para verificar como é possível ter acesso a esses documentos, quando da ausência de informações nos próprios sites. Verificou-se em todos os sites a presença de vídeos disponibilizados de programas variados, inclusive os de cunho jornalístico. Em grande parte, no entanto, os arquivos não estão disponíveis para *download*²³, ficando disponíveis por tempo determinado. Casos extraordinários acontecem quando se trata de cobertura especial sobre fato de grande repercussão, ou de cunho institucional – quando do aniversário da emissora ou telejornal, por exemplo – estando na página dos sites por anos, inclusive.

Um dos arquivos de emissoras encontrados durante a realização deste estudo pertence à Cinemateca Brasileira. A instituição promove, com o apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos coordenado pelo Ministério da Justiça, o Resgate do Acervo Audiovisual Jornalístico da TV Tupi²⁴, onde constará ao final do projeto e em uma base de dados 125 horas de imagens dos telejornais da extinta emissora. Uma série de vídeos já está disponível para consulta de qualquer usuário interessado, bastando ter um *software* específico (e informado na página) para a visualização dos vídeos. A Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira e a Pró-TV também dispõem de um acervo²⁵ com documentos, equipamentos e arquivos audiovisuais para a preservação da história da televisão brasileira. Contudo, não há informações sobre arquivos audiovisuais jornalísticos.

Das emissoras analisadas, apenas a Rede Globo deixa claro informações a respeito de seu CEDOC, incluindo dados sobre pedidos de acesso ao acervo em páginas institucionais da emissora. Há cerca de trinta e seis anos a Rede Globo preserva um acervo com fotos, áudios, documentos

e arquivos audiovisuais. De acordo com informações da própria emissora²⁶, foram cedidos em 2011 cinquenta e quatro horas de imagem, atendendo a 126 pedidos feitos por universidades, instituições públicas e privadas e organizações não governamentais e sem fins lucrativos. Não há, todavia, uma página exclusiva dedicada a este arquivo, tampouco informações sobre a quantidade de documentos preservados. Para ter acesso, o usuário deve requerer por meio do Globo Universidade²⁷ o acesso a documentos específicos, não ao arquivo como um todo. Após a entrada do pedido, o requerente deve preencher um formulário com dados pessoais (documentos de identificação, residência, etc.) a justificativa do uso, resumo da pesquisa (quando o pedido parte de pesquisadores) e anexar documentos (como por exemplo declaração de vínculo com a instituição de ensino assinalada). Informam, ainda, que não é determinado um prazo para a avaliação do pedido e que o envio deste não garante que a solicitação será aceita, conforme nossa apuração após darmos início a pedido de documentos. A emissora mantém, ainda, o site Memória Globo²⁸ onde são encontrados vídeos produzidos pelo canal com temáticas diferentes, inclusive os de caráter jornalístico. Porém não é possível efetuar qualquer *download* dos vídeos.

Outra que está promovendo a digitalização e arquivamento de material audiovisual é a Record. Todavia não há informações concretas sobre a abertura deste acervo para consulta pública, tampouco uma página dedicada a existência do arquivo. Até 2009 o acervo contava com duzentas mil fitas e vinte e dois mil filmes datados desde a década de 1960 entre programas de entretenimento, como novelas e filmes, além de noticiários²⁹.

A fim de buscar informações sobre como funciona o acesso aos arquivos audiovisuais dessas emissoras, realizamos entrevistas com pesquisadores brasileiros de Telejornalismo, uma vez que o foco deste estudo são os telejornais. A entrevista semi-estruturada (Manzini, 2004) seguiu um roteiro com perguntas padrão para todos os pesquisadores, disponível a seguir:

Nome do pesquisador (a):

Instituição de ensino superior em que está vinculado (a):

Grupo de pesquisa em que está vinculado (a):

1. Há quanto tempo realiza pesquisas sobre Telejornalismo?
2. Durante este tempo, houve a necessidade de requisitar edições passadas de telejornais ao Centro de Documentação Histórica das principais emissoras brasileiras, a nível nacional? Se sim, favor especificar quais os telejornais analisados e quais emissoras.
3. Caso sua resposta para a questão acima seja afirmativa, quais foram as instruções fornecidas pela emissora para ter acesso a esses arquivos?
4. Quanto tempo durou o processo de aprovação/reprovação de seu pedido para ter acesso aos documentos?
5. Caso seu pedido tenha sido aprovado pelo CEDOC da emissora em questão, como foi realizado o acesso ao documento: presencialmente, via meios eletrônicos (e-mail, fax, etc.), correspondência ou outros? O arquivo foi cedido em que tipo de mídia? (Favor especificar o passo a passo de acesso ao documento solicitado).
6. Após o acesso a esses arquivos houve algum acompanhamento posterior, por parte da emissora, na pesquisa realizada?
7. Já teve algum pedido recusado? Se

sim, poderia especificar os motivos alegados pela emissora em não ceder os arquivos requisitados?

8. Daria alguma sugestão de como o processo de requisição de documentos poderia ser facilitado?

9. Como julga a importância da abertura desses arquivos à população em geral, bem como aos pesquisadores interessados no tema?

Dos trinta pesquisadores contatados apenas oito responderam a pesquisa, sendo eles: Leila Maria Nogueira de Almeida Kalil (UFRB), Ana Carolina Escosteguy (PUCRS), Roberta Roos (Unipampa), Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (UFPE), Flávio Porcello (UFRGS), Célia Maria Ladeira Mota (FAC/UnB), Ana Carolina Temer e Fabiana Piccinin (UNISC). As entrevistas foram realizadas por *email* nos meses de maio e junho de 2012.

Traçando um breve perfil dos pesquisadores, seis deles realizam pesquisa na área de Telejornalismo há mais de dez anos, e dois há menos de cinco anos. Das modalidades recorridas para ter acesso a documentos audiovisuais dois recorreram à gravação própria, um via empresa de clípagem, um recorreu ao arquivo das próprias emissoras e quatro informaram não ter precisado usar o recurso. A única que conseguiu ter acesso aos arquivos explica os procedimentos tomados:

Ana Carolina Temer: *No mestrado trabalhei com a antiga TV Triângulo, hoje TV Integração, afiliada da Globo. Foi um estudo histórico e me deparei com o problema da emissora não ter arquivo, nem dos programas nem dos scripts. A opção foi entrevistar jornalistas e pessoal da produção. No doutorado trabalhei com os telejornais nacionais da Rede Globo e tive acesso ao material via Globo Universidade. É lento, burocrático e demorado, mas pelo menos existe e é organizado. Depois, em*

várias ocasiões, também mantive contato com a Globo Universidade para diversos trabalhos, eles respondem e tem regras para acesso o material, mas atendem aos pesquisadores. Também tive contatos com a Bandeirantes - o qual foi respondido e o material de arquivo enviado/acessado, e com a SBT, que nunca respondeu. Atualmente tenho buscado o material para análise também no site das emissoras, e mais uma vez a Globo é a mais organizada, embora no caso das afiliadas locais seja mais difícil - algumas tem tudo, outras nada. (...) firmei um compromisso com a emissora - contrato assinado - de encaminhar os resultados obtidos para o Globo Universidade. Nos demais casos, não.

A burocracia para ter acesso aos arquivos também foi uma das dificuldades apontadas por outros pesquisadores:

Fabiana Piccinin: *Em vista da dificuldade imaginada de acesso ao material, a ideia era sempre desconsiderada. A tramitação a que me submeti diz respeito ao pedido, como pesquisadora, para acompanhar o trabalho da produção do telejornal. E as edições de TJs que precisei para o trabalho, tratei de gravar do ar por minha conta, ainda que correndo o risco de, numa eventualidade, até perder algum material e comprometer a pesquisa pela precariedade desta modalidade de retenção.*

Leila Maria Nogueira: *Como já trabalhei numa emissora, lembro-me de que na época as orientações eram sempre para que o solicitante enviasse um ofício informando para que o material seria utilizado. Este documento seria submetido à direção de Jornalismo que poderia permitir ou não o acesso.*

Em relação às perguntas oito e nove, os pesquisadores são unânimes na necessidade de facilitar o acesso aos arquivos das emissoras:

Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior: *As agências de pesquisas e as entidades de pesquisa deveriam manter um acordo com as emissoras garantindo o acesso público ao material documentado. Mais do que isso. Todo o material documentado deveria ser de acesso público, deveria ser lei.*

Roberta Roos: *É de extrema importância, visto que muitas vezes depende-se desse material para o aprofundamento de reflexões em pesquisas e para o desenvolvimento de trabalhos, principalmente acadêmicos, que podem servir para resgatar história e produzir conhecimento mais aprofundado sobre os fatos.*

Celia Maria Ladeira Mota: *Como estudo identidades nacionais, considero que o acesso à documentação em vídeo de períodos importantes da nossa história é fundamental para compreender os contextos vividos nesses períodos, e sua contribuição para a construção da nossa identidade.*

Flávio Porcello: *De fundamental importância para que a verdadeira história do Brasil possa ser contada e mostrada.*

Ana Carolina Escosteguy: *A importância que a televisão assume no contexto nacional, seja do ponto de vista cultural, político, econômico e social, exige que se organize um acervo que cubra toda a história da produção nacional. Em princípio, o próprio Estado deveria ser o responsável por esse acervo, com a colaboração direta e obrigatória das corporações da mídia televisiva.*

Os pesquisadores sugeriram, ainda, alternativas para a facilitação desse acesso, como a disponibilização integral dos arquivos na internet, assim como a criação de um repositório único para a catalogação dos documentos.

Considerações finais

Além de preservar os documentos, os arquivos garantem o acesso a parte de nossa história e devem estar disponíveis de forma democrática para o bem da nação e do campo científico. Para tanto, algumas possibilidades poderiam ser viáveis a fim de garantir isso e serão pontuadas a seguir.

Com o apoio de políticas públicas, a Biblioteca Nacional poderia patrocinar um site nos mesmos moldes do *YouTube*, para o armazenamento e difusão dos telejornais e demais programas brasileiros considerados importantes. No caso dos arquivos audiovisuais, além das estratégias necessárias à preservação dos novos conteúdos, em grande parte já criados em meios e formatos digitais, é ainda de realçar o potencial que a digitalização pode representar para os meios analógicos tradicionais. Um documento audiovisual necessita sempre de um suporte (por exemplo, filme e cassetes), e mesmo nas condições de arquivo ideais, (respeitando níveis de temperatura, umidade, e exposição à luz) estes suportes estão sujeitos a um estado natural de degradação contínua com o tempo, a qual pode chegar a um ponto que torne o restauro impraticável (Brasil, 2012).

Entre as alternativas presentes para ultrapassar o controle dos arquivos estão a utilização de redes digitais. Tecnologias digitais para o armazenamento livre e gratuito de vídeos em redes telemáticas como o *YouTube* já é possível encontrar inúmeros vídeos, seja de telejornais bem como de outros programas de televisão, graças ao auxílio de telespectadores e admiradores da história da TV e

telejornalismo no Brasil que disponibilizam os vídeos. Infelizmente ainda são poucos e precisariam estar mais bem organizados para facilitar a pesquisa por parte de interessados, sem contar ainda a qualidade de muitos deles.

Instituições públicas independentes, como são os casos das universidades, também poderiam ser lugares de memória, ou seja, poderiam, também com o auxílio privado ou do próprio governo manter arquivos audiovisuais, tornando-se mais uma fonte de pesquisa aos interessados.

Essa construção de uma rede de várias fontes de consulta é importante para evitar que apenas as emissoras detenham o direito de armazenar esses documentos. Por serem concessões públicas e as utilizarem obtendo inclusive recursos financeiros é direito, pois, da sociedade ter acesso a esses arquivos, muito além dos filtros direcionados feitos pelas emissoras após uma série de obstáculos burocráticos para avaliar, de acordo com critérios subjetivos, quem pode ou não ter acesso, como testemunharam os pesquisadores entrevistados para este estudo. Poucos são os que conseguem ter um retorno satisfatório das emissoras para a constituição material do corpus de suas pesquisas, também confirmado através das entrevistas.

Com base nos exemplos praticados em outros países, nota-se a possibilidade do mesmo ser praticado no Brasil, observando, certamente, os direitos autorais sobre os documentos. Faz-se, portanto, necessário avaliar as rotinas burocráticas impostas pelas emissoras de um modo que beneficie principalmente os interessados em ter acesso aos arquivos, a sociedade e pesquisadores do campo acadêmico que a constituem.

Referências

BARONE, Antonio Fernando C. Memória. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

BRASIL, Antonio. Pelo livre acesso aos arquivos de telejornais. **Observatório da Imprensa**, n. 695, 22 maio 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed695_pelo_livre_acesso_aos_arquivos_de_telejornais>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 24, p. 152-171, 2º sem.2007. **Encontros Bibli.** Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p152>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

L'INSTITUT national de l'audiovisuel: Free Content and Rights Licensing as Complementary Strategies. Strategic Content Alliance. Disponível em: <http://sca.jiscinvolve.org/wp/files/2009/07/sca_bms_casestudy_ina.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2012.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2, A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda. Ciberespaço, memória e esquecimento. **VIII ENANCIB** - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, out. 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

Notas

1 Antônio Brasil é jornalista, professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Jornalismo do Departamento de Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Antropologia Social pela London School of Economics, em Londres, Inglaterra, doutor em Ciência da Informação pelo convênio IBICT/ECO/UFRJ, com pós-doutorado em Novas Tecnologias pela Rutgers University e em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. É líder adjunto do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIP-Tele). Contato: antonibrasil@gmail.com.

2 Samira Moratti Frazão é jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde realiza pesquisa sobre o jornalismo participativo em telejornais na televisão brasileira. É aluna pesquisadora do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele). Contato: samiramoratti@gmail.com.

3 O site do arquivo pode ser acessado em <http://tvnews.vanderbilt.edu>.

4 Informação disponível em <http://tvnews.vanderbilt.edu/web/tvnews/collection/?SID=20120704282775878>.

5 A Lei de Direitos Autorais n. 94-553 de 1 de janeiro de 1978 apresenta dispositivos referentes aos direitos autorais de obras audiovisuais e ao arquivamento dos noticiários de televisão. Informação disponível em <http://tvnews.vanderbilt.edu/web/tvnews/loanrequests/?SID=20120704282775878>.

6 Dado retirado em <http://tvnews.vanderbilt.edu/tvn-orders-fee-schedule.pl?SID=20120704282775878&code=>

7 Disponível em <http://tvnews.vanderbilt.edu/web/tvnews/loanrequests/?SID=20120704282775878>.

8 Disponível em <http://tvnews.vanderbilt.edu/web/tvnews/loanrequests/?SID=20120704282775878>

9 Informações disponíveis em <http://www.nationalarchives.gov.uk/about/>.

10 Disponível em <http://www.nationalarchives.gov.uk/contact/contactform.asp?id=10>.

11 Disponível em <http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/vexatious-guidance.pdf>

12 Disponível em <http://www.ico.gov.uk/>

13 Informação disponível em <http://www.nationalarchives.gov.uk/foi/requests.htm>

14 A única referência disponível no site diz respeito à documentos digitais, com valor de 3,50 libras, não deixando claro se é referente a uma página ou a um conjunto delas, por exemplo.

15 Acesso em <http://www.nationalarchives.gov.uk/records/>

16 Acesso em <http://www.nationalarchives.gov.uk/records/research-guides/film-tv-performing-arts.htm>

17 Disponível em <http://www.nationalarchives.gov.uk/help/podcast-help.htm>

18 Disponível em <http://boutique.ina.fr/>

19 Disponível em <http://www.ina.fr/statique/affiche/page/faq>

20 Disponível em <http://www.ina.fr/inscription.html>

21 Disponível em <http://www.ina.fr/statique/affiche/page/faq>.

22 As emissoras e sites consultados foram os seguintes: Band (<http://band.com.br/tv>), Globo (<http://redeglobo.globo.com/TVG>), Rede TV! (<http://www.redetv.com.br/>), Record (<http://rede-record.r7.com>), SBT (<http://www.sbt.com.br>), TV Cultura (<http://tvcultura.cmais.com.br/>), e TV Brasil (<http://tvbrasil.ebc.com.br/>).

23 A TV Brasil foi uma das exceções. Telejornais, como é o caso do Repórter Brasil, disponibilizam as matérias inclusive para download.

24 Pode ser acessado em <http://www.cinematca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=TUPI&lang=p>

25 Informações em <http://www.museudatv.com.br/>

26 Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globocidadania/balanco-social-2011/noti->

[cia/2012/05/centro-de-documentacao-da-globo-cedoc-guarda-historia-brasileira.html](http://redeglobo.globo.com/globocidadania/balanco-social-2011/noticia/2012/05/centro-de-documentacao-da-globo-cedoc-guarda-historia-brasileira.html).

27 Informações disponíveis em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2011/09/saiba-como-o-globo-universidade-apoia-pesquisas-de-pos-graduacao.html>

28 Acesso em <http://memoriaglobo.globo.com/>

29 Informação disponível em http://www.arquivar.com.br/espaco_profissional/noticias/mercado-tecnologia/record-digitaliza-seu-acervo.